

Eduardo Angelim e a produção de verdades na província do Grão-Pará no início do século XIXⁱ

Maurício Neves Corrêa

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil.

 breadosoline@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-4865-3364

Ivânia dos Santos Neves

Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

 ivanian@uol.com.br

 orcid.org/0000-0002-6738-5254

Resumo: O início do século XIX, com suas intensas agitações políticas na província do Grão Pará, marca também o momento da criação dos primeiros jornais impressos na Amazônia brasileira. Parte destes primeiros periódicos vai representar a posição contrária à anexação da Amazônia ao Império brasileiro. Como culminância das insatisfações locais, em 1835, eclodiu a Cabanagem, uma revolução popular que proclamou a independência da região em relação ao recém-criado Império brasileiro. Nosso objetivo, neste artigo, é analisar a produção discursiva sobre Eduardo Angelim nas páginas do jornal A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará e na obra *Motins Políticos* de Domingos Raiol, considerando suas emergências históricas, seus jogos de poder e a produção de verdades que a envolve.

Palavras-chave: Cabanagem. Silenciamentos. História da Mídia.

Abstract: The beginning of the 19th century, with its intense political upheavals in the province of Grão Pará, also marks the creation of the first printed newspapers in the Brazilian Amazon. Part of these early periodicals will represent the position against the annexation of the Amazon to the Brazilian Empire. As a culmination of local dissatisfaction, in 1835, Cabanagem broke out, a popular revolution that proclaimed the region's independence from the newly created Brazilian Empire. In this article, our objective is to analyze the discursive production about Eduardo Angelim in the A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará newspaper and in the work "Political Riots" by Domingos Raiol, considering its historical emergencies, its power games and the production of truths that surround it.

Keywords: Cabanagem. Silences. Media History.

ⁱ Uma versão preliminar desta reflexão foi apresentada e publicada nos Anais da II Conferência Sul-Americana/VII Conferência Brasileira "Amazônia e o Direito de Comunicar", realizada em Belém-PA, em 2011.

Introdução

As palavras viajeras atravessam os rios dos tempos em canoas infundáveis, a cada letra capturada pelo olhar, em cada fonema gravado pela memória um porto-corpo se atraca. Vozes antigas, murmúrios, queixas, denúncias, poesias, romances, documentos administrativos, cartas, atestados, boletins de ocorrência, reportagens e notícias trazem um retalho, uma rede de indícios, vestígios de várias almas mortais. “O discurso, como se sabe, tem o poder de deter a flecha já lançada em um recuo do tempo que é seu espaço próprio” (FOUCAULT, 2006).

Do pensamento do redator, textos se materializam em fontes tipográficas tingidas no papel, das folhas empoeiradas dos arquivos para o negativo antialérgico dos retroprojetores, do papel da xérox para a digitalização dos computadores, dias, anos, séculos depois, o discurso está na nuvem e traz consigo a figura do rebelde que lutou na Cabanagem contra a integração da Amazônia ao Império brasileiro. Vamos nos reportar a uma época de insurreições e cortes profundos na história local, ainda hoje decisivos na divisão de poder regional dentro do Brasil. Propomos um recuo na flecha do tempo para colocarmos os olhos na produção de diferentes verdades sobre o último e mais popular presidente cabano, antes da eclosão do movimento, a partir de fragmentos de jornais e da principal fonte da historiografia da época.

A *Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*, jornal de propriedade do cônego Batista Campos, um dos mentores da revolução cabana, foi publicado nos meses de setembro e outubro de 1834. Um acontecimento em especial vai mobilizar as edições deste jornal, a prisão de Eduardo Angelim, que segundo o jornal, era resultado de mais uma injustiça determinada por ordens do interventor da Província do Grão-Pará, Lobo de Souza. Os argumentos do jornal, a partir de uma série de táticas textuais, incitavam a população em defesa do futuro líder cabano.

Na historiografia oficial, Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, escreveu *Motins políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, um estudo publicado em cinco tomos, no final do Império, entre 1856 e 1890, sem dúvida, a principal referência historiográfica deste período. Nesta obra, a partir de sua posição favorável à monarquia brasileira, ele narra em detalhes os acontecimentos que

antecederam à Cabanagem, até a tomada do poder pelos cabanos, considerados anarquistas, desordeiros e uma ameaça ao Estado brasileiro.

Existem, no entanto, outras versões dessa história, cujas fontes são muito escassas e o jornal dos cabanos nos permite conhecer um pouco mais da insatisfação da população local com o novo centro de poder formado com a independência do Brasil. Nosso objetivo, neste artigo, é analisar a produção discursiva sobre Eduardo Angelim nas páginas de *A Sentinella* e na obra do Barão de Guajará, considerando suas emergências históricas, seus jogos de poder e a produção de verdades que a envolve.

Para fazer tal análise, utilizaremos ferramentas teórico-metodológicas dos estudos do discurso com Michel Foucault. Nessa direção, acionaremos os conceitos de acontecimento, discurso e verdade na análise específica dos enunciados separados em nosso corpus de pesquisa. Para Foucault (2006), o discurso é indissociável do acontecimento, o que necessariamente coloca a questão discursiva na dimensão histórica. Em outras palavras, mesmo quando o discurso tem uma materialidade linguística, a análise não pode se restringir ao seu interior sintático ou semântico, mas deve se dedicar, sobretudo, à sua relação com a história e os jogos de poder em que está envolvida.

O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos - que podemos chamar de acontecimentos discursivos - mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições (FOUCAULT, 2006, p. 255).

Nessas travessias de tempos, os enunciados do jornal e da obra de Domingos Raiol nos levam para acontecimentos discursivos que emergiram da Província do Grão-Pará no início do século XIX, um lugar continental, onde hoje se localizam, aproximadamente, os estados do Amazonas, Amapá e Pará, ou seja, boa parte do território atual da região norte do Brasil. Nesse período, esta que foi a segunda província portuguesa na América do Sul estabelecida no início do século XVII, contava com pouco mais de 80 mil habitantes (sem incluir a população indígena não-aldeada). De cada 100 pessoas, 40 eram escravos indígenas, negros, “mestiços” ou tapuios, isto é, indígenas que moravam nas vilas (PREZIA; HOOMAERT, 2000). É certo que se houvesse

como incluir o número total de habitantes indígenas, os números seriam substancialmente maiores.

A cidade de Belém, atual capital do estado do Pará e a segunda maior metrópole da Amazônia brasileira, por muitos anos, desde o final do século XVIII, foi a capital da Província do Grão-Pará e Maranhão. Nessa época, para os nossos olhos contemporâneos, ela não passava de uma pequena cidade com 24 mil habitantes, mas a cidade, estrategicamente localizada na entrada da bacia amazônica, centralizava o poder político da região e representava um significativo centro comercial, por onde eram exportados cravo, salsa, fumo, cacau e algodão.

A Língua Geral Amazônica, o Nheengatu, era a principal língua franca¹ falada nas cidades da região. Até este momento, o português não havia se estabelecido como uma língua dominante, como já acontecia na Província do Brasil. Isso significa que poucas pessoas compreendiam o padrão culto da língua portuguesa e um número menor ainda sabia escrever e ler. Desta forma, um jornal impresso que desejasse interagir com um grupo maior de pessoas precisava ser escrito numa linguagem mais próxima a da população local. Outra característica dessas publicações era o fato de serem lidas em voz alta em lugares públicos para conseguir envolver um maior número de pessoas. Por outro lado, a obra de Domingos Raiol nem chegou a circular na província à época da Cabanagem, já que foi publicada alguns anos depois do fim do conflito.

A circulação de jornais impressos era bastante reduzida e havia uma censura rigorosa estabelecida pelo Império brasileiro, que temia uma insurgência local contra a adesão do Grão-Pará à independência do Brasil, o que de fato veio a ocorrer. A presença de militares ingleses imprimia um caráter bem violento às atitudes dos interventores locais e os interesses comerciais da Inglaterra no Grão-Pará e no Brasil reforçavam a ideia de unificação do país.

¹ “No Grão-Pará do início do século XIX, reunia-se uma grande quantidade de imigrantes europeus que somados à população local e sua multiplicidade étnica constituíam um verdadeiro “caldeirão” político-linguístico. Diferentes interesses econômicos e políticos, embalados por profundas diferenças linguísticas, favoreceram uma espécie de portugalização do nheengatu – Língua Geral Amazônica (LGA), a principal língua de contato no período da Cabanagem, uma língua do tronco linguístico tupi. Depois da supressão deste movimento, a imposição da língua portuguesa representará uma das principais tecnologias de governo do Império brasileiro (LAVAREDA; NEVES, 2018).”

1. O Grão Pará e as emergências históricas de A Sentinella

No início do século XVI, em função dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, referendado pelo Vaticano, as novas conquistas das grandes navegações europeias em outros continentes deveriam ser divididas entre portugueses e espanhóis. Em função destas determinações, quando a Coroa Portuguesa estabeleceu sua primeira colônia americana, o Brasil, seu território não compreendia a atual Amazônia brasileira.

Este cenário só vai se reconfigurar depois da União das Coroas Ibéricas (1580/1620) e a ameaça representada pelas invasões francesas, por isso a colonização da Amazônia brasileira só começa efetivamente com a fundação das cidades de São Luís (1614), Vigia (1615) e Belém (1616), que darão origem à província do Grão-Pará e Maranhão. Esta segunda colônia lusitana permaneceu separada do Brasil por mais de 200 anos e só foi anexada definitivamente ao território brasileiro depois de suprimida a revolução cabana. Pela violência com que a Cabanagem foi suprimida e pela insatisfação da população local, a nova geopolítica transformou a província do Grão-Pará em uma colônia do Império brasileiro.

Na província do Grão-Pará, no início do século XIX, as relações comerciais e políticas eram realizadas diretamente com Lisboa, e os governos provinciais representavam de certa forma, os interesses dos comerciantes ligados à metrópole. A proclamação da independência do Brasil, no entanto, estabeleceu um novo centro de poder, que passou a nomear os interventores do Grão-Pará, a partir deste momento não mais enviados por Lisboa. Neste mesmo processo, o fluxo comercial que escoava a produção local e trazia de Portugal os produtos europeus foi interrompido. Esta nova realidade, associada ao descontentamento da população de forma geral, teve como consequência várias insurreições na região, que depois de brutalmente suprimidas levaram à revolução cabana.

O processo de independência do Brasil gerou muito descontentamento entre a população local, uma vez que a elite imperial, de proveniência europeia, nascida no Rio de Janeiro não representava os anseios regionais. As arbitrariedades e a violência do governo agravavam ainda mais a situação. Havia também questões mais antigas resultantes do processo da colonização portuguesa e jesuíta, que em muitos casos, relegava um papel social de escravos para indígenas, negros e tapuios.

Fora isso, a Amazônia da época cabana vivia uma ebulição de ideias que navegavam pelos rios e mares e assim modificavam as formas daquelas pessoas entenderem o mundo, tanto no campo político como no religioso. A proximidade com a Guiana Francesa, com o Caribe e a própria Europa devido à geografia e às correntes marítimas, que obrigavam os navios vindos das Américas do Norte e Central a realizarem um retorno na bacia amazônica, faziam dos portos paraenses lugares de grande circulação dos ideais das revoluções “liberais” (francesa e americana), e com isso os conceitos republicanos, abolicionistas, além da separação entre Estado e Igreja, circulavam intensamente na região.

Segundo Vicente Salles (1992), a agitação dos negros da Guiana Francesa com a doutrina do filósofo francês François-Noel Babeuf que pregava algo semelhante ao comunismo, chegou ao Grão-Pará. A historiadora Magda Ricci analisa as turbulências das primeiras décadas do século XIX até à Cabanagem.

De 1817 até 1835, os tempos mudaram no Pará e no Brasil. Um turbilhão de novidades foi aparecendo. Chegava ao fim a época do rei D. João VI, mas somente no calor dos acontecimentos é que os moradores do Pará foram se dando conta disso. Ao ano da aclamação de D. João VI, em 1817, seguiram outros, até o fatídico momento da Revolução do Porto, em 1820. Depois o rei partiu para Lisboa, D. Pedro I foi aclamado Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, realizando-se então uma tortuosa separação de Portugal. Vieram ainda os levantes e a agitação pelas terras do Brasil, o que, para muitos anunciava o fim da unidade da colônia portuguesa na América. Neste contexto, os povos do Pará e da Amazônia pareciam pessoas muito distantes do Rio de Janeiro (RICCI, 2003, p. 234).

A Província do Grão-Pará, um ano depois da Independência, passou forçosamente a integrar o Brasil, desligando-se de Portugal, num processo que ficou conhecido como “Adesão do Pará à Independência”. Mas este acontecimento provocou muita resistência local e o discurso liberal do jornalista Felipe Patroni e do cônego Batista Campos percorriam a província e encontravam eco entre fazendeiros, comerciantes, indígenas, escravos e negros alforriados. Patroni, reconhecido como fundador da imprensa no Grão-Pará, buscou sua inspiração nos ideais de liberdade da Revolução do Porto. Reverter o processo de adesão é uma página importante na história do Pará e um dos principais motivos que levaram à eclosão da Cabanagem.

Em 15 de agosto de 1823, foi assinada a adesão do Pará à Independência do Brasil. Por ordem do Imperador Dom Pedro I, a esquadra, com cerca de 100

homens, comandada pelo almirante John Pascoe Grenfell desembarcou na província do Grão-Pará e o blefe do almirante que atenderia as reivindicações da população convenceu o governo local a aceitar a adesão. Segundo Ricci (2003, p. 237), ao entrar em Belém, Grenfell destituiu a junta que governava a província ligada a Portugal e traiu o grupo chefiado pelo cônego Batista Campos com quem tinha supostamente firmado um compromisso. O novo governo ignorou a posição da população local e foi composto por homens de confiança do imperador Pedro I.

Esse acontecimento desencadeou uma série de descontentamentos e levantes de tropas em Belém, que culminou na tentativa de assassinato ao próprio lord Grenfell. O almirante reagiu violentamente contra os levantes, o que resultou, três meses depois, no episódio do Brigue Palhaço, quando cerca de 300 pessoas foram confinadas no porão do navio São José Diligente e morreram asfixiadas e sufocadas por cal. Grenfell tomou esta atitude em represália a um levante cometido por nacionalistas paraenses, que determinaram Batista Campos como presidente da província. Esta tragédia foi marcante para população do Grão-Pará e aumentou o xenofobismo e o ressentimento contra os estrangeiros.

Não é por acaso que a guerra dos cabanos do Pará e do Amazonas é esquecida pela historiografia. A Cabanagem do Pará é o único movimento político dentro do Brasil em que os pobres tomaram o poder, de fato. É o único e isolado episódio de extrema violência social, quando os oprimidos – a ralé mais baixa, negros, tapuios, mulatos e cafuzos, além de brancos tão rebaixados que parecem não ter direito à branquidade, quase um exponencial de classe – assumem o poder e reinam absolutos (CHIAVENATO, 1984, p. 12).

A revolução cabana foi o auge de várias insurreições locais contra a emergência de uma forma moderna de colonialidade, não mais irradiada de uma metrópole europeia específica, mas sim de uma coalizão entre as elites locais e os interesses multinacionais. Em 1835, quando inicia a Cabanagem, o primeiro e o segundo presidentes cabanos que tomaram o poder eram fazendeiros e grandes comerciantes e logo foram destituídos pelo povo, Eduardo Angelim, cuja origem era popular, foi quem ficou mais tempo no poder e conduziu de fato o movimento até 1840. Os cinco anos de governo cabano na província do Grão-Pará terminaram com a dizimação de boa parte do povo paraense.

1.1. Os primeiros jornais paraenses

No período que antecede à Cabanagem, a exemplo do que acontecia em outras regiões do Brasil, o jornalismo impresso passou a ser de vital importância no jogo político e de difusão de discursos. Sob a responsabilidade de Felipe Patroni e do cônego Batista Campos, o jornal *O Paraense* deu os primeiros passos da imprensa no Grão-Pará. Este jornal expunha em suas páginas o desejo de outros modelos administrativos e nasceu filiado à memória discursiva do Vintismo, ou seja, influenciados pela revolução constitucionalista do Porto em Portugal, de tendência liberal, comprometida com os ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade. Segundo Sodré (1966), Patroni colocava a liberdade acima da própria independência do Brasil de Portugal. Sobre essa questão o político e escritor Domingos Raiol, que viveu neste período e fazia oposição a estes ideais, faz as seguintes colocações:

Patroni deu então à luz um jornal intitulado *Paraense*, no qual começou a fazer severa análise à administração dos negócios públicos, esforçando-se por desenvolver certas opiniões públicas entre os seus conterrâneos, opiniões por certo favoráveis ao regime livre dos povos, mas de alguma forma ameaçadoras dos sistemas até então seguido pelos agentes do poder (RAIOL, 1970, p. 22).

Por sua militância política, depois da proclamação da independência, quando os interventores do Império assumem, Felipe Patroni foi preso e Batista Campos assumiu a redação do jornal. Devido ao seu conteúdo crítico, não demorou para *O Paraense* ser interditado (embora tenha renascido algum tempo depois da Cabanagem, com outras características). Como reação a este movimento de interdição, outros jornais filiados a esta mesma memória discursiva surgiram.

Estes jornais, quando eram fechados pelo Império, procuravam outras brechas discursivas em novos periódicos. Foi o caso do *Publicador Amazoniense*, que dando sequência ao trabalho de *O Paraense* tinha como seu redator o mesmo Batista Campos. É importante frisar que estes jornais marcavam uma posição política bem evidente e promoviam a difusão de certas ideias. Os discursos que circulavam nestes jornais materializavam as divergências políticas dos redatores com seus opositores, compondo um jogo discursivo e argumentativo. Assim, o *Publicador* passou a ser a principal arma de Batista Campos, quando o presidente da Província Lobo de Souza tomou

posse. Por fazer circular discursos que se opunham à ordem estabelecida pelo interventor, forçosamente, o jornal também foi cancelado. Havia um conflito muito intenso entre as duas correntes, mas, quem dominava os dispositivos do império levava certa vantagem nessas relações de poder.

2. A *Sentinella* e Motins Políticos: diferentes lugares de enunciação

Lugares de enunciação não são neutros e disso não se exime o texto jornalístico e nem mesmo o do historiador. Como assevera Michel Foucault (2000, p.9): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Nesta perspectiva, não é difícil perceber que o jornal e a obra de Domingos Raiol enunciam lugares bem diferentes, em contraponto ao poder estabelecido na região.

Batista Campos e seu grupo utilizavam os jornais para produzir suas verdades e “reorganizar” estas relações de poder com os imperiais. O movimento de resistência ao império crescia no Grão Pará e logo surgiu A *Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*. O seu discurso é semelhante ao de outros jornais da época como os citados anteriormente. O jornal surgiu algum tempo antes da Cabanagem eclodir, com o objetivo de fomentar a insurreição política na província paraense. A partir da posição de seus autores, que estavam filiados a discursos que deviam ser silenciados pelo Império brasileiro, houve uma grande tensão nas relações no campo bélico do discurso e do corpo.

A *Sentinella* teve duas edições lançadas em setembro e outubro de 1834, alguns meses antes Cabanagem, em 7 de janeiro de 1835. O nome do jornal propõe uma associação de sentidos com o jornal A *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, do baiano Cipriano Barata, fundador do primeiro jornal republicano do Brasil. O título A *Sentinella*, etimologicamente significa guarda, vigia e serviu de referência aos movimentos de resistência à imposição do Império brasileiro a regiões que não faziam parte do Brasil, como a Cabanagem na Amazônia e a Farroupilha no sul. Sobre estas relações, Sodré (1966, p. 78) explica:

Sua influência foi extensa e profunda: outras *Sentinellas* aparecem imitando sua posição. Entre elas, a *Sentinella da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande em Buenos Aires*, do Grandona, que combatia D. Pedro I no Rio da Prata, em 1830, a

Sentinella da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra de São Pedro do Sul, antimonárquica e incentivadora da rebelião farroupilha; a *Sentinella* Maranhense na Guarita do Pará de Vicente Ferreira Lavor, o Papagaio, propagadora da Cabanagem.

A tática argumentativa dos jornais que usaram o título *A Sentinella* materializava uma posição discursiva declaradamente republicana. Seus discursos se filiavam a uma mesma rede de memórias historicamente construídas, que ainda está presente em discursos na atualidade e refutam a opressão colonizadora. Gregolin (2003, p. 54) explica que as redes de memórias,

[s]ob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos.

Os discursos não se repetem sem sofrer alterações, eles passam por atualizações, que dependem das condições em que são criados ou retomados. O enunciado *Sentinella* está atrelado diretamente ao discurso republicano como precursor do movimento republicano na imprensa brasileira. É possível perceber que esta teia discursiva republicana se espalhou em diversos movimentos no período regencial.

Nesse tempo, podemos perceber que as condições em que os jornais eram produzidos não estavam voltadas para o lucro financeiro, alguns jornais representavam apenas uma arena de discussão política e um espaço para o confronto argumentativo, havia periódicos voltados para a divulgação de literatura e ainda alguns poucos que conseguiam juntar as duas atividades. Os jornais panfletários, geralmente eram de propriedade de políticos, como foi o caso da *Sentinella*, de propriedade de Batista Campos, considerado por grande parte dos historiadores como o grande mentor intelectual da Cabanagem.

Batista Campos procurou um jornalista filiado aos ideais que ele e seu grupo defendiam para assumir seu novo jornal. A redação do periódico ficou a cargo de Vicente Ferreira d'Lavôr Papagaio, jornalista, republicano e revolucionário que veio fugido do nordeste. Papagaio reunia as características necessárias para assumir o jornal, pois em sua prática como jornalista dedicava-se fervorosamente à defesa e sustentação das ideias republicanas.

Segundo Raiol (1970, p. 495), ele “escapou de ser assassinado no Ceará, de onde era natural, e estava no Maranhão defendendo idéias republicanas. Não teve dúvida em mudar-se para o Pará e veio residir na própria casa do cônego Batista Campos, na rua do Norte”. O perfil republicano de Lavôr Papagaio não passou despercebido por Raiol, que o descreve como um anarquista pelas posições que defendia e um ignorante pela linguagem menos formal com que escrevia o jornal.

Os poucos escritos seus que temos lido, certo não recomendam a sua sensatez; denotam, além de tudo, a mais crassa ignorância da língua portuguesa: parece que lhe eram estranhos até os princípios mais elementares de gramática (RAIOL, 1970, p.506).

Papagaio usava esta linguagem não por ignorância gramatical, mas sim por uma tática discursiva, afinal não era a aristocracia o público das publicações de *Lavor* e sim a população. Como era muito grande o número de analfabetos e a leitura era privilégio de uma minoria, a linguagem popular era uma forma de aproximar a linguagem escrita do povo. Também como forma de popularizar ainda mais o jornal, ele era lido em voz alta em lugares de grande concentração de pessoas, como as praças.

Sobre a escrita do jornalista, podemos observar seu estilo no enunciado abaixo retirado da 1ª edição da *Sentinella*, em que ele fala sobre um jornalista que teria atacado Batista Campos em outra publicação²: “Mas quem não conhece o caracter voluvel, e versatil do redactor do Diario de Pernambuco”. Não sabemos quem era o jornalista a quem Lavôr Papagaio se referia, mas segundo Sodré (1999), *O Diário de Pernambuco* era um jornal que divulgava ideias conservadoras.

A *Sentinella* era de responsabilidade legal de outro cearense, Camilo Moreira Jacarecanga, que, segundo Raiol (1970, p. 520) se dizia: “Campeão dedicado das liberdades pátrias, paladino sincero dos direitos do povo”. O periódico era redigido por Papagaio e impresso na tipografia de Batista Campos, cujo nome era Typografia Federal dos Verdadeiros Liberais. Podemos notar já no nome da tipografia o discurso republicano e liberal. A seguir a apresentação de Lavôr Papagaio nas páginas da Primeira edição de *A Sentinella* feita por Batista Campos:

² Para não interferir na materialidade do jornal, não atualizaremos o texto da *Sentinella* Maranhense na Guarita do Pará.

O redactor do publicador Amazonense faz público, que tendo a satisfação de hospedar em sua casa, o seu collega, patricio, o Patriota Vicente Ferreira, redactor da Sentinella Maranhense, tem com elle convensionando transmitir-lhe a redacção do Publicador Amazonense;... com as mesmas condições [ilegível] lugares de assinaturas, vendas, e garantias sobre responsabilidade no caso de abuso. O Redactor do publicador agradece aos honrados patriotas [ilegível] de que ele desempenhará no sentido do verdadeiro patriotismo e da Nacionalidade. Motivos de [ilegível] exige um sério curativo, compete ao redactor do Publicador a ceder ao seu illustre colega a esta árdua e arriscada comissão. O Redactor oferece aos Srs. Assinantes esta folha, em lugar do publicador desta Semana, nº 104. Aos nossos Colegas Redactores correspondentes das Províncias... (PAPAGAIO, 1834)

No outro lado desta peleja, em função de sua trajetória familiar e de sua posição monarquista, Domingos Raiol, o Barão de Guajará se posicionou contra o movimento idealizado por Batista Campos e liderado por Eduardo Angelim. Em *Motins Políticos* podemos observar o contraponto discursivo e argumentativo desse autor em relação aos discursos de *A Sentinella*. Seu olhar atento às agitações do período também visibilizou o acontecimento que deu origem aos textos do jornal que vamos analisar a seguir: a prisão de Eduardo Angelim pelo interventor Lobo de Souza.

Nascido na cidade de Vigia em 1830, Domingos Antônio Raiol conviveu desde sua infância com eventos que interuseram política e história na região, tendo seu pai, o vereador Pedro Antonio Raiol, assassinado pelos rebeldes em 1835, durante o processo de lutas da Cabanagem no Grão-Pará. Esse trágico acontecimento, associado a outras experiências, como sua posterior formação na “Academia de Sciencias sociais e jurídicas de Olinda (...) onde tomou grau de Bacharel” (SILVA, 1859, p. 136), seu apreço a ordem monárquica e as ligações com o primo e político imperial Bernardo de Sousa Franco, foram relevantes, nos anos subseqüentes, para o exercício e interação de suas atividades institucionais e intelectuais (RICCI; LIMA, 2013, p. 14).

Até os anos de 1980, quando novas pesquisas passaram a se interessar por outras versões sobre a Cabanagem, a obra de Domingos Raiol representou uma espécie de verdade absoluta sobre o movimento cabano, não só pela narrativa, mas, sobretudo, pela posição discursiva do autor. Ainda hoje, qualquer pesquisa sobre este movimento não pode deixar de consultá-lo, tanto por sua experiência de ter vivido a Cabanagem, como pela riqueza de detalhes de *Motins Políticos*. São tantos acontecimentos narrados, a partir de uma pesquisa muito minuciosa, que, mesmo sem querer, em muitas passagens, ele deixa ver a atitude local de resistência à opressão econômica, racial, social, por parte do Império brasileiro.

É significativo destacar algumas questões dos posicionamentos eticamente antagônicos desses sujeitos, enunciadores dos discursos que analisaremos a seguir. Nesse sentido, a versão “vitoriosa” da história oficial do barão e a versão marginal para os mesmos acontecimentos no jornal dos cabanos não obedecem a essa hierarquia por uma opção crítica que pretendemos empreender em nossas análises.

3. A construção discursiva de Angelim nas páginas de *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*

Eduardo Angelim é, sem dúvida, uma das figuras mais polêmicas da Cabanagem e divide com Batista Campos o protagonismo do movimento Cabano, ao passo que o Conêgo é considerado o grande idealizador do movimento cabano, Angelim representa o grande revolucionário. Angelim, o terceiro e mais popular líder cabano teve ao logo da história uma identidade construída por diversas versões, seja na historiografia, em discursos políticos, ou mesmo na mídia. Aqui, vamos analisar o acontecimento da prisão de Eduardo Angelim descrito pelas páginas do jornal *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará* e pela obra *Motins Políticos* de Domingos Raiol.

Angelim chegou ao Grão-Pará na década de 1820, fugindo de uma seca que assolou a província do Ceará, sua terra natal. Desde muito moço participou ativamente das agitações políticas do Grão-Pará. Domingos Raiol, assim descreve o jovem Angelim.

Era então a época das lutas escandecentes dos partidos políticos, e ele se mostrava entusiasta das idéias liberais, fazendo-se notável entre os patriotas que mais pareciam simbolizar o sentimento nacional. Aos dezoito anos de idade, com a imaginação ardente da mocidade, já tomava parte ativa nos acontecimentos da província (RAIOL, 1970, p. 467).

Sua posição era claramente liberal, e mesmo jovem já era um ativista político relevante no cenário do Grão-Pará. Sobre Angelim, Raiol (1970, p 467) faz mais considerações: “Dotado de vivacidade intelectual, de gênio ativo e empreendedor, afável, insinuante, parecia predestinado a representar papel importante em qualquer sociedade em que vivesse”.

Eduardo Angelim foi o terceiro presidente cabano e esteve na vanguarda do movimento. Antes disto, porém, sua atuação teve destaque no período de agitação que levou à Cabanagem. Sua prisão pelas forças do Império brasileiro

ganhou um grande destaque nas páginas dos jornais. O encarceramento de Angelin foi motivado por suas críticas ao governo imperial. Eduardo era filiado ao grupo de Batista Campos e por ele tinha grande estima, chegando a aplaudir as ideias do *Publicador Amazoniense* como descreve Raiol (1970, p. 467):

Eduardo era amigo dedicado do cônego Batista Campos e seu defensor apaixonado. Lastimando que alguns dos seus mais prestimosos correligionários o tivessem abandonado, por mais de uma vez manifestou-se contra o governo arbitrário que tudo corrompia; censurou mesmo, como é permitido ao cidadão, alguns atos do delegado do poder executivo, aplaudindo as doutrinas e a oposição do *Publicador Amazoniense*. Nem tudo era preciso para se tornar suspeito. Os mensageiros palacianos, que sempre os há nas províncias para acariciar os presidentes, o denunciaram logo como um dos que mais proclamavam contra Lodo de Souza. E este ordenou que o recrutassem para a marinha.

Segundo Raiol (1970), em julho de 1834, quando recebeu ordem de prisão, Eduardo Angelim teria resistido, discutindo a ilegalidade da ordem no meio de numeroso grupo de povo, que pouco a pouco foi se aglomerando ao ouvi-lo falar e gritar encolerizado contra o presidente, mas, acabou cedendo. A prisão de Angelim causou uma repercussão bastante negativa em uma sociedade profundamente descontente com a administração de Lobo de Souza. Pasquale Di Paolo (1985) classifica o caso como o primeiro caso de espionagem organizada no Pará. A prisão do rapaz causou uma forte agitação na província e gerou uma rebelião na guarda municipal de Abaeté, uma cidade muito próxima de Belém, onde o rapaz era bastante respeitado como uma liderança política.

3.1. Nas páginas do jornal: Angelin Livre.

O jornal *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará* foi publicado alguns meses depois da prisão de Angelim, que, assim como a edição do jornal, ocorreu antes da Cabanagem. Na parte inicial do texto, na segunda página da primeira edição do jornal, temos a apresentação das irmãs de Angelim, podemos notar dois discursos: em primeiro lugar, o das moléstias do imigrante nordestino, que tem que sair de sua província por motivos de miséria e fome. O segundo diz respeito à estrutura patriarcal daquela família, sem Angelim as irmãs passam necessidade, pois é ele quem sustenta a casa.

Os efeitos de sentido que estes enunciados provocam estão associados ao campo da comoção dos leitores, fazendo um eco discursivo.

Ilust. E Exm. Sr. – Anna Maria do Espírito Santo e Rita Barbara do Espírito Santos brasileiras oriundas da província do Ceará, emigradas para está por efeito das excessivas [ilegível] da fome, que ateará aquela província, obrigando a muitas famílias e emigração para está e para outras, existião aziladas na proteção de um [ilegível]. Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que se ocupa no giro de [ilegível], com cujos lucros, e crédito tem mantido a subsistência, e vestuário das suplicantes... (PAPAGAIO, 1834)

Uma vez que a posição do jornal está relacionada aos discursos republicanos e liberais, *A Sentinella*, como era de esperar, assume uma posição contrária à prisão de Angelim e usa as irmãs do futuro presidente como um dos argumentos para comover o leitor, como se observa no trecho a acima, transcrito da primeira edição. O público leitor era constituído pelas pessoas próximas a Angelim e os opositores do governo provincial, além dos próprios representantes do governo. O jornal ainda se refere ao Presidente da Província, Lobo de Souza.

Agora, porém, que V. Exc. mandou prender e sentar na marinha à bordo da [ilegível] dito irmão das suplicantes que era o seu único arrimo, sem que possam as suplicantes saber qual o motivo que compelio a V. Exc. à um procedimento tão [ilegível] as míseras suplicantes, é bastante extraordinário: qual será a triste e condição do amparo a consternação, que começou a oprimir os suplicantes desde o momento em que o dito seu irmão foi preso! As suplicantes não podem deixar de convenser-se, que a intriga, e a cabala, tão ousadamente iludiu a boa fé de V. Exc.; pois que, sendo constitucional, e filantropo só o engano, e a ilusão de agentes subalternos, ou intrigantes, poderão mover a V. Exc. a este procedimento. Revele a imparcialidade e constitucionalidade de V. Exc. as expressões dolorosas, e afectivas de duas brasileiras infelizes, e desamparadas no extremo de suas desgraça (PAPAGAIO, 1834).

Angelim foi preso em função da pregação de suas ideias no corpo da guarda municipal de Abaeté e as intrigas a que o jornal se refere são justamente o caso de espionagem. A condição das irmãs é reafirmada, novamente com o objetivo de sensibilizar o leitor, além de colocar Lobo de Souza numa situação constrangedora. O quadro que se apresenta é o seguinte: As irmãs de Angelim desamparadas no extremo da desgraça suplicam para que sejam revistos os motivos da prisão do irmão, protetor e fiador de suas vidas, que, segundo as informações do jornal, foram causados por intrigas dos subordinados do presidente.

O jornal se apropria da imagem de Angelim para tomar uma posição política. Neste periódico, ele é apresentado como patriarca, provedor e defensor das irmãs, injustiçado por caluniadores e por uma atitude descabida do Presidente. As irmãs, por sua vez, são apresentadas como indefesas sem a proteção do irmão, e Lobo de Souza é o vilão, o déspota a quem se pede imparcialidade e constitucionalidade. A construção da imagem de Angelim tem como seu principal fiador o leitor do jornal, já que esta imagem de protetor da família faria eco no público que conhecia o caso. Como gozava de certa popularidade, sua prisão provocou revolta entre a população, sobretudo no corpo da guarda municipal. É importante destacar que Lavôr Papagaio como fiador do discurso e o próprio prisioneiro como sujeito atuante nos conflitos da província instigavam as representações dos destinatários do jornal.

As condições de possibilidades históricas, naquele momento, permitiam a criação de uma identidade heroica para Angelim. No enunciado seguinte continuamos as observações da construção do heroísmo de Eduardo e de suas irmãs: “O irmão das suplicantes, e elas mesmas estarão prontíssimas para defender a pátria, e as urgentes circunstâncias assim existissem; porém Exm. Sr, nem o Brasil, nem o Pará, se acham nessa situação” (PAPAGAIO, 1834). As questões de nacionalidade continuam no texto:

As suplicantes são duas brasileiras honestas que vivem obedientes às Leis, à moral, solteiras, sem outro algum meio de subsistência, si não o lemitadissimo fruto de seus trabalhos de cultura, que para nada chega, principalmente nas atuais circunstâncias (PAPAGAIO, 1834).

A nacionalidade dos sujeitos ser citada dessa forma se relaciona a uma urgência histórica do momento, pois a ideia de nação ainda era muito confusa. O Brasil era um país recém-independente e havia na região um conflito entre portugueses e brasileiros. Revelar-se brasileiro era importante e um forte argumento de apoio ao Império. Mesmo com os portugueses ocupando os cargos mais importantes da província, pesava contra eles o fato de serem lusos, estrangeiros, e por que não dizer inimigos da “soberania” nacional? O texto continua com o discurso de patriotismo: “O irmão das suplicantes é um brasileiro patriota” (PAPAGAIO, 1834).

Diante do contexto de agitação política no Grão-Pará, quando o jornal foi publicado, podemos considerar que esses enunciados são bem mais que a

defesa de uma prisão e manifestam também uma posição política contra o Governo da Província: “As suplicantes, Exm. Sr. Estão por hora bem longe de considerar a V. Exm. injusto, porque reconhecem, que todos são sujeitos ao engano, quando vivem de boa fé.” Novamente Lobo de Souza é atacado e tem sua boa fé botada em dúvida. A construção da imagem de Angelim pelo jornal revela um herói injustiçado pelo governo e inflama a revolta contra o presidente. Em momento algum se revelam as acusações feitas a Angelim, diferente do registro feito por Raiol (1970), que mostra a resistência à prisão e as falas exasperadas contra o presidente.

3.2. Na dança das versões

Os discursos sobre o movimento cabano são múltiplos, por vezes conflitantes, e produzem verdades distintas. Sobre essa variedade de produções de verdade, durante a análise encontramos uma situação significativa que envolve duas fontes consideradas primárias: O jornal *A Sentinella* e o livro *Montis Políticos*. A questão é a seguinte: Raiol narra que Eduardo Angelim foi detido em julho e ficou preso durante nove dias, como podemos ver:

Assim, em julho, quando Eduardo Angelim voltava para a Capital do distrito de Marajó-Açu, o sargento da guarda municipal, José Maria Nabuco de Arújo, o encontrou na rua dos Mercadores e deu-lhe voz de prisão. Resistiu, discutindo a ilegalidade da ordem no meio de numeroso grupo de povo, que pouco a pouco foi aglomerando ao ouvi-lo falar e gritar encolerizado contra o presidente. Mas acabou cedendo e foi conduzido a bordo da corveta Bertioaga, da qual era comandante o súdito inglês Menson, que se achava a serviço do império. **Angelim ficou preso nove dias** (RAIOL, 1970, p. 468, grifos nossos).

Para a mesma história, o jornal dá a seguinte versão:

O irmão das suplicantes Exm. Sr. Esta mais de um mês que não existe no Rio do Acará e há vinte e tantos dias que estava em Marajó [ilegível] na Ilha Grande de “Joanes”, chegada a esta cidade em o dia 23 do próximo passado (PAPAGAI, 1834).

Essa edição do jornal foi publicada em setembro do mesmo ano, embora o texto tenha sido encaminhado para Lobo de Souza no dia 6 de agosto do mesmo ano. Supondo que Angelim tenha sido libertado no mesmo dia 6, se sua prisão se deu no dia 23, já temos mais de 9 dias, 14 para ser exato. Devemos olhar com atenção a data da publicação do jornal, setembro. Se Angelim já

estivesse liberto, este texto, da forma que está escrito, só teria uma finalidade: atacar Lobo de Souza. Sobre a história, *A Sentinella* destaca mais um enunciado:

Consta que o Exm. Sr. Presidente atenderá a petição das irmãs de Eduardo Francisco Nogueira Angelim, mandando dar baixa, e soltar, no fim de dez dias de sua prisão. Com tudo não se compadece com a boa razão, e com [ilegível] pancadas, tivesse por castigo praça militar, nem estivesse preso, [ilegível] (PAPAGAIIO, 1834).

O anúncio de que Angelim seria solto não foi o bastante para mudar o discurso do jornal, que ainda insiste na idéia de injustiça contra o jovem. Novamente temos a questão da data: quando se completaram esses dez dias? O jornal era escrito num mês e publicado noutra, assim, se a prisão foi em julho, em setembro, Angelim já estaria liberto. Como estamos argumentando desde o início, a verdade não é neutra e nem singular, ela está profundamente imbricada nos lugares de enunciação dos sujeitos, permeada por suas posições, como nos indica Foucault (2007, p. 12):

A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Qual das duas versões está correta? Isto é impossível saber. A história é selecionada de acordo com quem a escreve, levando em consideração a posição de onde o enunciador fala, a partir das condições de possibilidades históricas dos discursos. Esta condição está visível tanto no texto do jornal como no do livro. Só não podemos desconsiderar que, no caso em questão, os lugares de que falam os sujeitos são assimétricos.

Considerações finais

Um jornal do movimento cabano, incendiário por causa de seu teor político, pregava a República no tempo do Império, como procuramos mostrar com os recortes de *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*. Ele foi importante na agitação que levou à Cabanagem, pois seus discursos

percorreram o Grão-Pará, atiçando a população à revolta. Podemos supor que moradores dessa província possam, mesmo sem saber ler, ter escutado que tal jornal fazia críticas ao presidente Lobo de Souza, por ter prendido injustamente o jovem patriota Eduardo Angelim, provedor de suas irmãs.

Segundo Ricci (2003), quando os cabanos tomaram Belém, eles gritavam: “morte aos portugueses e aos maçons”, tal como se podia notar nas páginas de *A Sentinella*. Notamos, assim, que esse discurso contribuiu de forma efetiva para o movimento eclodir, fazendo esses discursos circularem. Confirmamos, ainda, que esse poder de circulação é inerente às mais diferentes mídias e não importa a forma como circulem – impresso, pela oralidade, audiovisual, na internet –, dependendo de suas condições de produção, a mídia pode influenciar uma revolução, como foi o caso de *A Sentinella*.

Esse periódico também colocou em circulação ideias de que “sem déspotas existe um povo”, “brasileiros queriam uma Federal Constituição” e que os “Portugueses eram inimigos do Brasil”. O jornal revelou também a resposta do “primeiro patriota”, Batista Campos, aos seus opositores “caramurus e maçons”, inimigos da religião. A palavra e os discursos desse cômico circularam e fizeram eco entre os que percebiam afinidades.

Por meio da análise das páginas do jornal escritas pelo jornalista revolucionário Lavôr Papagaio, que havia sido condenado à morte por sua linguagem atrevida na imprensa e pelo cômico Batista Campos, que chegou a ser preso e amarrado na ponta de um canhão, pudemos, ao mesmo tempo, ver como certos discursos atravessam os tempos polarizando os sujeitos, não da mesma maneira e nem pelos mesmos motivos.

As poucas e quase ilegíveis páginas das duas edições deste jornal são fundamentais para pluralizarem as versões sobre quem eram os cabanos. Este conjunto heterogêneo formado pela elite local, mas sobretudo levado adiante por indígenas e negros, por muitas décadas foram silenciados pela história oficial do Pará e do Brasil. Ainda hoje, os três presidentes cabanos não parecem oficialmente como governadores do estado. Desaprender a história oficial, ou pelo menos conhecer mais uma versão dos acontecimentos envolvendo Batista Campos, Eduardo Angelim e Lavôr Papagaio, foi uma das principais motivações deste artigo.

Não podemos esquecer que o texto do jornal é pouco acessível, está na poeira dos arquivos, enquanto a historiografia se eterniza na publicação de livros e coletâneas que querem para si o atributo de uma verdade singular, na maioria das vezes institucionalizada. A língua escrita europeia representou uma potente forma de estabelecer a verdade neste continente, mas como demonstra a análise aqui apresentada, mesmo os textos escritos obedecem a hierarquias e não se perpetuam de forma homogênea. De qualquer forma, sempre serão possíveis novos gestos de leitura em relação a Eduardo Angelim.

Referências

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **Cabanagem: o povo no poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a Revolução popular na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253-266.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). **Análise do discurso: as materialidades dos sentidos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 47-58.

LAVAREDA Welton; NEVES, Ivânia. Políticas Linguísticas na Cabanagem: Diálogos e Duelos com o Nheengatu. **Revista Intersecções**, 2018. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1362>. Acesso em: 10 out. 2019.

PAPAGAIO, Vicente Ferreira de Lavor. **A Sentinela Maranhense na guarita do Para**. Santa Maria de Belém do Grão-Pará, 26 set.-04 out. 1834.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Brasil indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000.

RICCI, Magda. Do patriotismo à revolução: história da Cabanagem na Amazônia. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (org.). **Contando a história do Pará: da conquista à sociedade da borracha (séculos XVI-XIX)**. 2. ed. Belém: E-Motion, 2003.

RICCI, Magda. Cabano paraense de Alfredo Norfini. **Nossa História**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 50-53, 01 mar. 2005.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2006.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES, Maria (orgs.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade – para além dos 400 anos**. Belém: Açai, 2016. p. 205-227.

RICCI, Magda; LIMA, Luciano. Historiador político ou político historiador? Interações entre experiências intelectuais e institucionais do Barão de Guajará. **Revista OPSIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 395-418, 2013.

ROCQUE, Carlos. **Cabanagem: epopéia de um povo**. Belém: Imprensa Oficial, 1985.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará**. Belém: CEJUP, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Forma de citação sugerida conforme ABNT

CORRÊA, Maurício Neves; NEVES, Ivânia dos Santos. Eduardo Angelim e a produção de verdades na província do Grão-Pará no início do século XIX. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 2, p. 123-143, ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.47369/eidea-20-2-2494>.